

A CONSTRUÇÃO DAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO A PARTIR DA LINGUAGEM

Helena Ferreira Duarte¹
Luiza Batista de Jesus²
Lia Pinheiro Barbosa³

RESUMO

Neste estudo, pretendemos analisar as relações entre linguagem e concepções de gênero formulados no período da infância, tendo como atores principais crianças entre 4 e 5 anos. Iniciamos com observação em sala de aula, numa escola localizada no município de Crato-CE. Partimos com uma contribuição de base investigativa nas ideias de Saffioti (2011), a respeito do entendimento do patriarcado enquanto uma arma de fortalecimento da sociedade capitalista e de Vigotski (2007, 2009), acerca da construção de si e do mundo, por compartilharmos do entendimento do ser inserido numa sociedade de mudanças históricas constantes, sendo estas de cunho material reflexas em mudanças também de natureza humana. Pautado nessa perspectiva teórica, nosso estudo se refere ao entendimento da língua enquanto processo de transformação e construção contínua, possibilitadora de conversões sociais e humanas e das concepções de gênero enquanto relações sociais e históricas. A metodologia visa a revisão bibliográfica e a análise do material coletado quando da investigação realizada em sala de aula. Por fim, essa pesquisa anseia avolumar o debate em torno da utilização prática da fala infantil, como mola propulsora de reconstrução e desconstrução de ações docentes, contribuir com a análise do potencial pedagógico enquanto ferramenta para construção de uma sociedade mais igualitária, a partir da Educação Infantil frente a estrutura patriarcal.

Palavras-chave: Gênero. Educação Infantil. Mediação Pedagógica.

INTRODUÇÃO

No comunismo primitivo, etapa que representa cerca de 99% da vida humana sobre a terra, tinha-se uma sociedade matriarcal, a mulher era respeitada principalmente por gerar a vida, engravidar e assim contribuir mais que os homens com a vida em sociedade, gozavam de liberdade e independência. As relações eram igualitárias, tendo porém, as mulheres um papel preponderante de respeito na sociedade. Segundo Engels (1884), foi a partir do momento no qual passou-se a enxergar os meios naturais não mais apenas como meio de vida, de sobrevivência, quando se tomou posse das terras com o objetivo de acumular riquezas, que o homem hétero sentiu a necessidade de também apossar-se da mulher, com a monogamia, com o objetivo de manter em linha direta o patrimônio adquirido. Esta foi, sem dúvidas, a maior

¹ Mestranda do Curso de Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará – CE, helena24.fd@gmail.com.

² Mestranda do Curso de Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará – CE, luizabatista100.2016@gmail.com.

³ Doutora pelo Curso em Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autônoma do México - UNAM, liabarbosa@uece.br.

perca das mulheres. Sendo a opressão da mulher histórica, e não natural, tendo como constituinte dominante deste fato o surgimento da sociedade de classes.

Assim, o patriarcado foi construído socialmente, tendo como objetivo marcado a acumulação de riquezas e por consequência a diminuição da mulher. E até hoje, esse modelo de sociedade vem ganhando forças, rebaixando-as cada vez mais, ação massacradora que marca, reprime e mata.

Saffioti (2013), afirma que a repressão da mulher nasceu com a sociedade de classes, e desde então, o capitalismo vem se apropriando das desigualdades entre os sexos para se fortalecer. Sendo a emancipação da mulher impossível na sociedade capitalista. Não só da mulher, mas de todos que não se enquadrem no perfil de hétero, branco e burguês.

Conhecermos a história, sabermos que os direitos já foram igualmente divididos e que hoje não são, é essencial para a mudança da realidade. A luta constante em busca da mudança social é primordial para esse fim. É necessário superar a divisão de classes, com o intuito de abolir todas as violências dela decorrente.

A educação na infância

Sendo a infância o primeiro momento de experiências e apreensões de humanidade vivenciadas pelo indivíduo, é, pois, este rico de possibilidades. A partir do conceito de infância, torna-se palpável todo o entendimento da formação da criança na e para além da perspectiva escolar. Estas, por muito tempo, foram vistas apenas como reprodutoras das ações adultas. Tal qual nós enquanto sociedade, conhecemos, o conceito de infância, foi concebido no início do século XX.

É partindo desse novo conceito protagonizado pela pedagogia da escola nova, que se entende as crianças como seres dotados de potencialidades e de direitos de vivenciar seu momento histórico de acordo com suas perspectivas de mundo. Nessa compreensão é que as Orientações Curriculares para Educação Infantil do governo do estado do Ceará (2011), pautadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (2009), debatem a função e as responsabilidades da educação escolar na infância:

Segundo as novas Diretrizes Curriculares, as instituições de Educação Infantil cumprem sua função sociopolítica e pedagógica à medida que:

- a. Oferecem condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- b. Assumem a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e do cuidado às crianças com as famílias;

- c. Possibilitam tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- d. Constroem novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação, etária, socioeconômico, étnico-racial, de gênero, regional, linguístico e religioso. (p. 12)

De acordo com Paulo Freire (2008), uma educação que se coloque na visão verdadeiramente emancipatória, independente de qual etapa educacional seja, não pode prescindir do diálogo, do respeito mútuo e do entendimento do educando como participante ativo do processo. Uma educação voltada para construção crítica da história e para transformação e humanização de todos que com ela estejam envolvidos, deve ter como base direta o diálogo, como forma de democratizar as relações que nela se desenvolvem. Deve dar voz aos educandos, como forma de respeitá-los e de fazê-los se sentirem como atuantes na sua própria formação.

Neste sentido, parece-nos claro a importância da Educação Infantil possibilitar espaços e situações em que a fala da criança seja valorizada, ouvida e efetivamente respeitada. Pensar as interações dialogais das crianças, como probabilidades criadoras e interventoras no próprio currículo da escola. E pensar essa fala como responsabilidade da escola, como espaço de construção e de partilha de saber sistematizado.

As DCNEI apontam como eixos norteadores para pensar a aprendizagem nessa fase da vida escolar: as interações e as brincadeiras, sendo vistas como molas propulsoras de todas as ações voltadas para a vivência das crianças durante a fase da infância.

Pensar a Educação Infantil, como momento em que as aprendizagens são entrelaçadas com o lúdico, é algo necessário, diante do momento social e cognitivo no qual a criança se encontra, mas, que esse viés de pensar a formação não seja vinculado ao rebaixamento de acesso ao saber e da formação da criança em sua integralidade.

A Educação Ética faz parte dos princípios norteadores da educação infantil. Refletir sobre a valorização da solidariedade, do respeito ao bem comum, das diferenças culturais e de identidades, percebendo a força transformadora e possibilitadora de humanização, é a nosso ver, algo que contribui imensamente com a formação da criança.

De acordo com a Base Nacional Curricular Comum – BNCC (Brasil, 2017), que visa a formação humana integral e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, é competência da Educação Básica:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos,

com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

A entrada na escola significa, em sua maioria, a primeira separação do meio familiar, momento no qual a criança vai se inserir na sociedade para além da família. Nesse sentido, vem a ser o primeiro contato com um mundo diferente do qual até então se tinha enquanto modelo. Assim, a escola, tem um fator primordial, de oportunizar as primeiras experiências com o outro. Sendo na interação com os pares que as crianças vão se reconhecendo e reconhecendo o outro, tendo na escola uma possibilitadora dessa construção enquanto pluralidade. Oportunizando-as perceberem as diferenças naturais que nos constituem.

Também, segundo a BNCC, as crianças têm em seus direitos de aprendizagens, que devem orientar o currículo, o direito de conviver...

...com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. (Brasil, 2017)

Nesse sentido, deve-se intencionalmente organizar momentos que possibilitem o respeito às diferenças, entendendo a construção do ser não enquanto espontâneo, natural, mas enquanto estruturado a partir das experiências que são vivenciadas.

O controle do corpo na infância: a negação ao direito de ser

O patriarcado age desde a mais tenra idade, estando enraizado de tal forma, que oprime e limita os seres humanos, antes mesmo de se fazerem presente no mundo. Ainda no ventre, são moldados de acordo com o que se objetiva, para que se fortifique a sociedade patriarcal e capitalista.

Reconhecemos a escola como um espaço no qual deva objetivar a formação de sujeitos que se reconheçam enquanto plurais. Porém, desde a educação infantil, esta mostra-se como um espaço empenhado em formar sujeitos homogêneos, onde a sexualidade é construída de forma vigiada e normatizada, preocupando-se em reproduzir o que é tido como o “normal”, como o aceitável socialmente, como o “biologicamente natural”, justificando a suposta fragilidade delas e a força deles. Transmitindo os pressupostos da cultura patriarcal.

Desde muito cedo, as crianças vão à escola e permanecem por lá um período significativo de suas vidas. Nessa trajetória de formação educativa, a escola detém um poder primordial na formação de suas identidades. É uma instituição onde as relações vão sendo construídas; um dos espaços incumbidos de formarem homens e mulheres socialmente aceitos,

ou seja, apesar de ser um espaço heterogêneo, espaço esse em que a criança conhece o outro, o diferente, esse mesmo espaço empenha-se em produzir sujeitos homogêneos.

Historicamente, a família prepara-se para o recebimento de seu filho de forma diferenciada, sendo seus atos determinados de acordo com o sexo do bebê, organizando todo um enxoval com cores que socialmente construídas diferenciam os sexos; comprando brinquedos, carrinhos, armas, espaçonaves para meninos, e bonecas e miniaturas de utensílios domésticos para as meninas.

Analisando a questão do brinquedo na construção das representações sociais, CALDAS-COULTHARD e LEEUWEN (2004), afirmam que “[...] brinquedos são um repositório das ideologias e ‘sistema de valores’ sociais”. Sendo seus modelos, condicionados pelas ideologias da época na qual foram construídos.

Neste sentido, os modelos de brinquedos existentes na atual sociedade não são oferecidos por coincidência, naturalizando a ideia de meninos e meninas divergirem quanto a suas opções. Os brinquedos são postos com o intuito de reproduzir a sociedade a qual almeja, no caso, que se perpetue como tá. Internalizando de todas as formas possíveis, e o quanto antes, qual o modelo social que deve ser seguido. Em contrapartida, existem as crianças que não se enquadram facilmente no que é posto, “fugindo” do modelo de gênero tal qual o limitam, optando por se expressarem livremente.

Na experiência da referida escola, observamos uma maior facilidade por parte das meninas brincarem livremente, sendo menos vistas em relação as críticas. O toque de um menino numa boneca, por exemplo, já constituía um motivo para ser repreendido rapidamente.

A escola, não sendo diferente do espaço familiar, disponibiliza para as crianças, brinquedos diferenciados por gênero, determinando assim o modo em que a criança vê o mundo. Estando os meninos repletos de modelos que lhes representam enquanto fortes, corajosos, possuidores de poderes superiores, enquanto que para as meninas são modelos ligados ao doméstico, ao fútil, estes brinquedos acabam que mostrando as crianças como devem ver o mundo, que lugares devem ocupar na sociedade, naturalizando o que não é natural.

Gera-se assim, uma ideia de que o homem deve ser o provedor do lar, aquele que sai para trabalhar e que a mulher é a responsável pelos afazeres domésticos e pela maternidade. Há, portanto, uma indução, desde pouca idade, para definir quais, de fato, serão os espaços e as atribuições destinados às crianças. Indo de encontro aos interesses da sociedade patriarcal, na qual o homem hétero, branco, burguês, detém o poder.

Beauvoir (2009), de forma muito precoce nos disse que ninguém nasce mulher, mas se torna uma mulher, nos tornamos historicamente. Sendo assim, o gênero social e não biológico.

Retratando o corpo enquanto feminino ou masculino, constituído enquanto aprendizagem, com base num grande empenho da sociedade patriarcal. Vinculando assim, nosso físico com o social.

Para Saffioti (2011), a condição da desigualdade da mulher, não deve ser analisada com base apenas no conceito de gênero, mas no tripé: gênero, raça/etnia e classe social. Estando a sociedade dividida em classes, mas também sendo composta pelas contradições de gênero e raça/etnia, estas três categorias formam um “nó” que mantém viva e firme a sociedade capitalista.

Por isso, para a autora, focar numa categoria isolada não é possível para analisar as sujeições de determinados grupos. A solução está no aniquilamento da sociedade de classes, e por seguinte a existência da vida no modelo socialista, quando não haverá distinção entre as pessoas. Não sendo possível a emancipação dos seres sociais no modelo atual de sociedade capitalista.

O capitalismo suga da mulher das mais diversas formas possíveis, e à medida que se corporifica, sacia-se mais. A mulher na sociedade atual é explorada enquanto fonte de trabalho braçal, enquanto sexual, do lar, dentre outros.

Conforme Bento (2011, p. 551), “[...] as tecnologias discursivas dirigem-se à preparação do corpo para que desempenhe com êxito o gênero.” Sendo estes o anúncio do (a) médico (a), os brinquedos escolhidos, os familiares, a sociedade em geral. Ela afirma que nossas identidades vão sendo delineadas antes mesmo de nascermos, com a afirmação do médico (a): “É menino” ou “É menina”. A partir desse momento vão sendo realizadas expectativas sociais, à princípio pelos familiares, sobrecarregando todo um corpo ainda inexistente. É após a descoberta do sexo, que no modelo atual de patriarcalismo, se passa a existir.

Segundo Bourdieu (2011), a dominação masculina acontece a princípio como violência simbólica, que é a violência praticada de maneira suave, quase sempre imperceptível, sendo a forma como concebemos o mundo, onde naturalizamos determinados pensamentos, passando a concebê-los como certos; iniciando-se no campo do simbólico e posteriormente legitimando a prática.

Bourdieu, em suas pesquisas, observou que determinados símbolos, signos, dão primazia à dominação masculina. Por exemplo, os modelos de roupas e de calçados, que dão mais liberdade aos homens e inibem mais as mulheres em realizar certas atividades, movimentos; como na publicidade, na qual os homens aparecem em lugares públicos, em contrapartida, as mulheres aparecem em lugares privados, em sua maioria domésticos; elas são relacionadas às cores como o rosa, o homem ao azul, ou cores fortes, rústicas, estando implícito a questão da força, do outro lado a meiguice, dentre outras.

Segundo Bello e Felipe (2010), as concepções de gênero enquanto feminino e masculino são construídas culturalmente, enquanto época e localidade. Existindo assim várias representações do que venha a ser homem e do que venha a ser mulher. Porém, independentemente da localidade, na sociedade capitalista, a mulher sempre vai ser a oprimida.

Reconhecemos que a escola, tal qual existe hoje, estando a favor da manutenção e reprodução do estado atual de vivência social, contribui de forma empenhada na permanência do *status quo*, fazendo com que distinções biológicas reflitam na sociedade, justificando assim por meio das diferenças de gênero, o real interesse que é a sujeição de classe social.

As crianças, ao ingressarem na escola, já trazem concepções limitadas do que sejam “coisas de menino” e “coisas de menina”: meninas vêm, em sua maioria, vestidas de rosa, mochilas rosas e lacinhos nos cabelos, demonstrando-se assim como são afetuosas, sensíveis, delicadas, meigas, frágeis, e assim por diante, todos os adjetivos que, de forma inconsciente ou não, reforçam a ideia da mulher como ser inferior, menos capaz em relação ao homem.

No tocante aos meninos, estes são fortes, dominantes, agressivos, agitados, ademais de criar no imaginário das crianças de que a menina, devido a sua passividade, necessita da figura do menino para defendê-la. Concepções essas que reforçam falas do tipo: “meninos não choram”; “meninos não apanham”; “meninos não fazem isso” e “meninas não fazem aquilo”, enxergando como “normal” aqueles que são e agem iguais, e “diferente” aqueles que por algum momento agem de forma contrária ao que é estabelecido pela sociedade.

A escola segue repreendendo e reprimindo determinadas atitudes não tidas como adequadas para cada sexo, contribuindo assim na construção de uma sociedade preconceituosa, machista, misógina, homofóbica; contraria totalmente a sua função social, que tem por finalidade o desenvolvimento do educando, tendo como princípio a igualdade, liberdade, pluralismo, respeito, dentre outros.

Com a preocupação em formar cidadãos aceitáveis, vistos como exemplos diante da sociedade, a escola oculta as diferenças, marginalizando-as. Louro afirma que:

[...] se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também *fabrica* sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não

apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (1997, p. 85-86)

É na educação infantil, primeira etapa da educação básica, que a criança inicia sua formação de identidade, começando a abstrair ideias do que é ser homem e do que é ser mulher, sendo apreendidas como naturais. Segundo Reed:

Foram as drásticas mudanças sociais impostas pelas instituições da classe patriarcal, na forma de família, propriedade privada e Estado, o que conduziu ao derrocamento histórico do sexo feminino. (2008, p. 42)

METODOLOGIA - A experiência na escola

Enquanto interage, a criança planeja e executa suas ações com base no que já conhece enquanto modelo social. Nesse sentido, ao iniciarmos nossa atuação na Educação Infantil desde 2013, a princípio em formação de professores e, a partir de 2016, iniciando a prática diretamente com as crianças em sala de aula, numa escola localizada no município de Crato-CE, observamos nos discursos das mesmas, formas de exclusão social construídas através da linguagem, suas ações ao interagirem. A partir daí nos veio o interesse por dedicarmos-nos mais diretamente à pesquisa da construção das concepções de gênero na Educação Infantil.

Em seus momentos de interações, as crianças reproduzem comportamentos construídos culturalmente de acordo com o seu sexo, são “adestrados” em seu modo de caminhar, sentar, falar, dentre outros. Essa pressão dos grupos (família, escola, colegas, da sociedade como um todo) finda por ocasionar um receio enorme em quem tenta transgredir perfis preestabelecidos para os gêneros.

[...] a vigilância e a censura da sexualidade orientam-se, fundamentalmente, pelo alcance da “normalidade” (normalidade essa representada pelo par heterossexual, no qual a identidade masculina e a identidade feminina se ajustam às representações hegemônicas de cada gênero). (LOURO, 1997, p. 80)

Atitudes e falas pejorativas corriqueiras para com os colegas fez-nos questionar quando exatamente a criança começa a estabelecer discriminação de gênero. Tem essa uma relação com o espaço onde estão inseridos? O seio familiar constrói tais concepções? A escola reproduz e assim constrói cultura de discriminação de gênero? Estaria a criança sempre se policiando sobre o que pode ou o que não pode fazer de acordo com o seu sexo? A brincadeira proporciona momentos espontâneos na criança?

Ao presenciarmos falas do tipo:

Gustavo⁴: “-É de mulher, vai ser viado!” (Fala enquanto o colega segura uma boneca).

Nicolas: “-Se brincar de trancelim a piroca cai!”

...após ser questionado a respeito de quem lhe afirmou isso, o mesmo responde: “Minha mãe.”

Professora Carla: “-Olha Renatinha, moçinha senta assim. Você já tá grandinha.” (Fala enquanto abaixa as pernas da criança e estica seu vestido).

Mãe Glória: “-Meu filho gosta de rosa. Mas meu filho é homem, né?”

Percebemos o quanto esses discursos pejorativos, eram ditos no intuito de pressionar, como se o fato de ser menina, de ser feminina, fosse algo menor, humilhante. Como se não houvesse ofensa maior que ter a masculinidade questionada, mesmo sendo ainda tão crianças, estando assim, eles próprios, prisioneiros de uma carga a ser cumprida. Esclarece-nos Bourdieu:

O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade. (2011, p. 64)

A heteronormatividade é construída com total desprezo no que diz respeito ao feminino. Na experiência com as crianças na referida escola, foi possível vivenciar diariamente várias agressões verbais para com os colegas, ações essas encorajadas com base em falas e comportamentos das crianças que não contemplassem o seu devido gênero, sendo isto mais recorrente com os meninos. As atitudes partiam dos meninos e também se direcionavam aos meninos. Ou seja, ao mesmo tempo que eles vigiavam, também era vigiados em relação as suas ações. Tendo no espaço da escola, vigilantes enquanto colegas, professoras e demais funcionários.

À medida que as crianças, já desde pequenas, começam a reproduzir comportamentos misóginos, e não são repreendidos, reforçam e legitimam suas ações. Os preconceitos, as ofensas, devem ser prontamente intervistas, com o intuito de não legitimar a ação. Porém, foi possível vivenciar não apenas o silêncio, mas também o preconceito por parte dos próprios docentes. Validando assim as concepções enraizadas na criança, sendo a escola não uma possibilitadora de experiências que formem para a diferença, mas sendo um dos espaços que em conjunto com o espaço familiar e os demais outros sociais, reforçam o patriarcado posto.

⁴ Foram usados nomes fictícios, com o intuito de assim preservarmos a identidade das crianças.

Nos demais excertos, podemos observar claramente um policiamento das ações das crianças, sendo estas controladas por diferentes atores. No caso de Nicolas, acontecendo na ausência do vigilante, neste caso a mãe, que apesar de mulher, acaba também alimentando o patriarcado. Fato que vai de encontro ao que constata Saffioti (2011), ao afirmar que o patriarcado se fortaleceu de tal modo que é respeitado inclusive na ausência de quem o impõe.

Como, portanto, realizar o planejamento de forma que: fujam da ideia de reprodução das concepções de gênero tal qual encontra-se hoje na sociedade? Estaria a escola preocupada em mudar tal concepção? Seria mesmo “natural” o fato de meninos e meninas possuírem papéis e comportamentos pré-determinados ao interagirem? Há o brinquedo “certo” e o brinquedo “errado” para cada sexo? São os adultos que impõem que os meninos ajam de uma forma e as meninas de outra?

Presumimos de antemão que sim. Como, então, poder contribuir com o papel social da escola, e proporcionar para as crianças seus direitos essenciais de apenas poderem ser?

Acreditamos na ação mediadora do educador e do seu papel de, através de saberes e posicionamentos, contribuir na formação integral dos educandos. Na Educação Infantil, essa contribuição está em toda a sua potência, pois nessa fase de apreensão de mundo as crianças se espelham nos adultos, com os quais mantêm relação de trocas e de afeto.

A criança, estando num momento de efervescência de conhecimento e apreensão do meio, das normas sociais e suas implicações para a vida, podem ser auxiliadas pelo professor nessas vivências, acelerando ou retardando a apropriação desses saberes pela criança, ajudando a romper padrões e preconceitos de toda ordem, ou pode reforçá-los.

Não pretendemos com essa postura, passarmos a visão do professor como detentor de todos os saberes e a criança como expectadora. Queremos, sim, trazer à tona o dever do professor de Educação Infantil, dever esse tão esquecido e negligenciado, qual seja: o de perceber a criança enquanto portadora de ânsias e possibilidades de aprendizagens, sendo ele o responsável por criar, mediar, interferir de forma direta com ações pedagógicas, com finalidades claras e intencionais no desenvolvimento dessas crianças.

Salientamos que nosso entendimento é de que a educação do conhecimento sistematizado está completamente vinculada à educação da sensibilidade, das emoções humanas, enfim, a educação se vincula à formação do ser como um todo, e não em partes estagnadas e incompletas.

Destacamos ainda, a percepção dos profissionais da educação básica e o próprio espaço da escola como mecanismo de resistência e de modificações sociais. Recorremos também à

escuta das crianças, por reconhecê-las enquanto capazes de atribuir significados as suas vivências, sendo possível a partir dessas escutas subsidiar nossa prática para com elas.

O estudo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica que se consolida com a revisão de autores que discutem a situação história de exploração e opressão da mulher, diante de uma sociedade dividida em classes, e por consequência capitalista. Objetivando contribuímos de forma significativa para a discussão no que diz respeito às construções das concepções de gênero na infância, momento este de formação constituinte do ser.

Sendo a seleção do material bibliográfico guiado pelo pensamento crítico de autores que têm por base, nas suas análises, o método dialético do materialismo histórico, os quais nos permitem aprofundar a questão.

Assim, nossa pesquisa se deu por meio da observação participante, a prática docente nos permitiu fazermos presentes na rotina diária, e assim acompanharmos suas interações livremente. Nos deteremos aos espaços ocupados pelos pequenos, sala de aula, parque, momento do recreio, nossas escutas foram realizadas de forma dirigida e em outros momentos sem mediação. Recorremos em especial ao Diário de campo.

Nos momentos de brincadeiras, realizamos atividades com brinquedos diversificados, e assim observamos a decisão das crianças em suas escolhas, momentos que disponibilizamos brinquedos tidos enquanto femininos e outros masculinos. Consideramos que as brincadeiras nos possibilitaram observar suas reações em relação às escolhas e suas justificativas.

Partimos da criança por reconhecemos, nessa etapa da vida, o ser em construção, que já é, mas ao mesmo tempo está se construindo. Dessa maneira, identificamos nessa fase, a maior possibilidade de mudança em relação às humanidades. As crianças observam o que os outros fazem e assim reproduzem, naturalizam. Naturalizar o amor é realmente possível. E é isso que almejamos, que as crianças, possam crescer sem reproduzir a sociedade aí posta, competitiva, maldosa, individualista. Para isso, precisamos, à princípio, compreender como o capital age, ou seja, por meio do patriarcado.

Reconhecer as crianças enquanto seres em construção não significa que isso afirme a ideia de um adulto em miniatura, incompleto, mas que por ser sujeito histórico, está se construindo com base em suas experiências sociais, compartilhadas no dia a dia, em especial no seio familiar, que é o primeiro ambiente estruturado que a criança apreende.

Como nos afirma Freire (2013), é escutando que aprendemos a falar, falar enquanto possibilidade de também ser ouvido. A comunicação é uma troca, onde as atividades de falar e ouvir são ambas necessárias. Em nossa experiência foi possível percebermos o quanto as

crianças retratam o que sua família lhes afirma. A princípio, a família, vindo com o apoio da mídia, da igreja e, por conseguinte, a escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos períodos de observações e de experiências planejadas, pudemos acompanhar mudanças de comportamento relativamente positivas, fazendo-nos acreditar que, diante da possibilidade de vivências contrárias às que a criança abstrai dessa sociedade patriarcal, a educação mediada contribui significativamente para a transformação social, tendo em vista que são nas experiências vividas que nos fazemos.

Estando a criança pequena em processo de construção de si e do mundo constantemente, a escola tem a possibilidade assim, e função de por meio da ação pedagógica, oportunizar aos pequenos, experiências positivas no que diz respeito aos objetivos de construção de uma sociedade mais igualitária, sem machismo, e por consequência mais humana.

A criança é capaz de se manifestar, de expressar sua opinião sobre as coisas que lhe dizem respeito. Pensando desta forma é necessário que enquanto professor e professora de Educação Infantil prestemos atenção nas crianças, dediquemos a ela tempo e as envolvamos em situações em que elas estão diretamente inseridas. Conhecer suas possibilidades deve ser em nós, incentivo para promover as melhores condições para que as crianças alcancem seu máximo desenvolvimento enquanto ser.

Parece-nos possível dizer que, estando a sociedade da forma na qual ela se encontra, dividida em classes, capitalista, ela tem por interesse que o patriarcado se fortaleça sempre mais e utiliza-se dos espaços e dos meios possíveis para consolidar sua hegemonia.

Quando aceitamos passivamente que violências aconteçam, estamos dizendo que não importa a violência sofrida pela vítima, não movemos a estrutura. Permanecem os silenciamentos, se mantém de pé a violência diária e naturalizada “varrida pra debaixo do tapete” como se nada fosse.

Esperamos ter conseguido demonstrar o quanto a sociedade patriarcal, reflexa do sistema capitalista, principal fonte da degradação da mulher, empenha-se para a sua sobrevivência, reprimindo a mulher em todos os espaços, agindo desde a infância, contando com a sociedade em geral.

Porém, somos seres históricos. E enquanto históricos, temos a possibilidade real de mudança, da humanidade se fazer outra. Onde possamos constituir-nos de forma consciente, emancipando-nos.

Pretendemos assim contribuir com a discussão em torno da utilização da prática educativa no que diz respeito à construção das concepções de gênero, com o entendimento de uma educação que possibilite a formação do ser como um todo, como ferramenta de humanização, e por fim e ainda discutir as possibilidades de uma teoria que se efetive na busca da transformação social frente à sociedade patriarcal.

Entendemos que as crianças estabelecem uma relação com o conteúdo da cultura e o processo de aquisição dos signos ocorre pela mediação do outro social.

Nessa perspectiva, se as crianças nascem numa sociedade a qual é machista, violenta, misógina, consumista, serão esses os sentidos que elas também atribuirão ao mundo. Compreendemos, dessa maneira, que as respostas dadas pelas crianças são fundadas em referências sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo o homem como ser social que se constrói a partir das interações que mantém com o mundo, identificamos a escola como um dos espaços em que as crianças têm o contato com os comportamentos culturalmente aceitos pela sociedade.

Partimos dos estudos de Vigotski (2007), e compreendemos que as crianças colocam no brincar sua percepção de mundo. Diante disto, os momentos de brincadeiras devem ser intencionalmente planejados, de forma que venham a desconstruir o que está posto na sociedade.

O professor deve objetivar a não reprodução de conceitos de gênero já internalizados nas ações das crianças, conceitos esses percebidos em suas opções de brinquedos, brincadeiras, formações de grupos, escolhas estas, que de forma inconsciente estão aos poucos construindo suas personalidades, travando a espontaneidade de algumas crianças, por suporem que serão repreendidas pelos colegas e/ou pelas professoras.

Segundo Vigotski (2007, p. 111), “O que na vida real passa despercebido pela criança torna-se uma regra de comportamento no brinquedo”. Ainda para Vigotski,

[...] não existe brinquedo sem regras. A situação imaginária de qualquer forma de brinquedo já contém regras de comportamento, embora possa não ser um jogo com regras formais estabelecidas *a priori*. A criança imagina-se como mãe e a boneca como criança e, dessa forma, deve obedecer as regras do comportamento maternal. (2007, p. 110)

Destacamos a importância da linguagem oral para as crianças, como efetivo meio de aprendizagem e aquisição de conhecimento, pois, parafraseando Vigotski, a aquisição da linguagem oral, demarca um salto qualitativo na formação dos conceitos científicos, conceitos estes que agem diretamente no cognitivo, elevando-o e o dotando de possibilidades de expansão e apropriação do todo social ao qual essa criança está inserida. A partir da fala, a criança se constitui enquanto sujeito singular e pertencente a um grupo social, a partir da fala e da escuta.

A linguagem oral, a qual não é adquirida de forma espontânea nem individual, e sim mediatizada pelo contexto social e apreendida de forma coletiva, tem uma função simbólica, transformando conceitos intermentais em intramentais, conceitos espontâneos em científicos, desenvolvendo assim, funções específicas humanas.

O conceito é impossível sem palavras, o pensamento em conceitos é impossível fora do pensamento verbal; em todo esse processo, o momento central, que tem todos os fundamentos para ser considerado causa decorrente do amadurecimento de conceitos, é o emprego específico da palavra, o emprego funcional do signo como meio de formação de conceitos. (VIGOTSKI, 2009, p. 170)

Como já dito, é papel da escola proporcionar às crianças, o acesso aos conhecimentos socialmente construídos pela humanidade. Segundo Vigotski, são esses saberes – nas diversas formas de linguagens - que influenciam e elevam o desenvolvimento do psiquismo humano e que aproximam cada vez mais do todo social e das subjetivações humanas, o que invariavelmente os torna mais dotados de humanidade, no sentido mais amplo do termo.

Destacamos, ainda, a percepção dos profissionais da educação básica e o próprio espaço da escola, como mecanismo de resistência e de modificações sociais. Num tempo histórico de grandes mudanças políticas e que vários documentos norteadores da educação nacional, citamos aqui as: Diretrizes Nacionais para Formação de Professores, Diretrizes Nacionais Para Educação Básica, Base Nacional Comum, Plano Nacional de Educação, etc. Estes documentos apontam novas formas de fazer e pensar a escola e a universidade, novas possibilidades de fazer e difundir conhecimento, nada mais coerente, que enxergar nos professores da educação básica agentes ativos dessas proposições, possibilitando aos mesmos espaços para divulgar e pensar seus fazeres, para realizar e fomentar suas pesquisas.

Pensar, assim, a pesquisa na educação básica como ferramenta pedagógica, transformadora e crítica, que conduza a avanços para posturas e práticas do próprio docente, para a valorização da escola de educação básica como espaço construtor de saberes científicos e humanos, e como instigadoras de novos conhecimentos e novas formas de fazer ciência.

O presente artigo teve o objetivo de, a partir de vivência quando em prática docente em sala de Educação Infantil, na cidade de Crato - CE, nas turmas de crianças com 4 e 5 anos, evidenciar a necessidade de uma análise do comportamento destas, em seus momentos de interações e brincadeiras, em relação a como agem, diferenciando o que sejam coisas/ações de meninas e de meninos, destacando a importância da mediação pedagógica realizada pelo professor em sala de aula, nessa etapa da formação do educando, e por meio das brincadeiras e discussões propostas poder desconstruí-las.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELLO, A. T.; FELIPE, J. **Delineando masculinidades desde a infância**. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010.
- BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Revista Estudos Feministas, 2011. Vol. 19, n. 2, p. 549 – 559.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília – DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>. Acesso em: 12 de abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília – DF, 2009.
- CALDAS-COULTHARD, C. R.; LEEUWEN, T. TV. **Discurso crítico e gênero no mundo infantil**: brinquedos e a representação de atores sociais. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, v., n.esp, p. 11 – 33, 2004.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 2 ed. São Paulo: Editora Escala, 1884.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. 19. ed. São Paulo: olho d'água, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, v. 10. n. 12, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. – (Coleção Brasil Urgente).

Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil.** Fortaleza – CE. Governo do Estado, 2011.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A construção do pensamento e da linguagem.** 2 ed. São Paulo: Martins fonte, 2009.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente.** 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.